

A CARTOGRAFIA SOCIAL OU A “VISÃO DOS CRIAS” DOS MORADORES MONITORES (MMs) DO MORRO DA PROVIDÊNCIA - RJ

Diego Rodrigues Borges

Resumo

A pesquisa a ser apresentada analisa o processo de produção de Cartografia Social do Comitê SOS Providência – organização social que se estrutura através de uma articulação entre diversos movimentos sociais do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro. Intitulada como a “Visão dos Crias”, esta cartografia se caracteriza, fundamentalmente, a partir das imaginações e subjetividades dos sujeitos moradores do Morro. Observamos, que a cartografia torna-se um objeto de disputa política a partir da sua manipulação por grupos sociais subalternizados sobre a sua produção e uso. Um movimento qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais – (re)pensar as situações, as práticas, as relações com/nos territórios – e, pelas (auto)afirmações representacionais – que, de toda forma, enfrentam a neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática/científica como versão única ou oficial da representação/discurso político por mapas –, movimento que compreendemos como *ativismos cartográficos*. Entretanto, a Visão dos Crias traz em sua essência e simbologias, necessariamente, o mapeamento do espaço vivido. Em suma, este estudo considera ainda como basilar, o trabalho de assessoria técnica cartográfica feito, conjuntamente, com o Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ).

Palavras-chave: Cartografia Social. Censo Popular. Moradores Monitores. CSOSP. NEGRAM

Abstract

The research to be presented analyzes the Social Cartography production process of the Comitê SOS Providência – a social organization that is structured through an articulation between several social movements of Morro da Providência in the city of Rio de Janeiro. Titled as the “Visão dos Crias”, this cartography is characterized, fundamentally, from the imaginations and subjectivities of the residents of the Morro. We observe that cartography becomes an object of political dispute from its manipulation by subaltern social groups about its production and use. A movement qualified by the performance of spatial thoughts – (re)thinking situations, practices, relations with/in territories – and, by representational (self)affirmations – which, in any case, confront the political-scientific and racial neutrality of technocratic/scientific cartography as the only or official version of political representation/discourse by maps –, a movement that we understand as cartographic activism. However, the Visão dos Crias brings in its essence and symbologies, necessarily, the mapping of the lived space. In short, this study also considers as fundamental the work of cartographic technical assistance carried out jointly with the Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais of the Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR- UFRJ).

Keywords: Social Cartography. Popular Census. Morador Monitor. CSOSP. NEGRAM.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela analisa o processo de produção de Cartografia Social dos Moradores Monitores do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro vinculados ao Comitê SOS Providência (CSOSP). Intitulada como a “Visão dos Crias” esta cartografia se caracteriza, fundamentalmente, a partir das imaginações e subjetividades dos sujeitos moradores, balizadas nas suas experiências, inicialmente, de enfrentamento aos impactos da pandemia causados pela Covid 19, e, posterior, e, conjuntamente, com projetos de recenseamento e de automapeamento em parceria com o Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ).

Por conseguinte, a CS dos MMs sustenta sua representação em um processo que interage a experiência vivida dos cartógrafos sociais como morador e, ao mesmo tempo, como ativistas e pesquisadores, nos quais se complementam, se contradizem, se desnaturalizam e se ressignificam. Estes processos ativistas e de pesquisa que, *a priori* se estabelecem como objetivos procedimentos de uma contabilidade populacional, e/ou de repasses de alimentos e de utensílios, e/ou de oficinas de formação em cartografia etc., desenvolvem-se para um profícuo movimento de transformação sobre o entendimento e a percepção que esses atores têm sobre o seu lugar, sobre suas práticas espaciais, um processo de conhecimento, ou melhor, de reconhecimento, que fertiliza e des-re-territorializa criticamente suas imaginações e opiniões. Desnaturaliza-se o senso comum sobre a paisagem posta, “visão” que se torna uma importante complexificadora das dimensões subjetivas, sem demora, de mapas.

Observamos, a partir do estudo em tela, que a cartografia é objeto de uma disputa política a partir da sua manipulação por grupos sociais subalternizados sobre a sua produção e uso. Um movimento qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais – de (re)pensar as situações, as práticas, as relações com/nos territórios – e, pela convergência entre a luta por afirmações identitárias, por direitos e, a denúncia e a desmistificação da neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática como versão única ou oficial da representação por mapas, movimento que compreendemos como *ativismos cartográficos* (SANTOS, 2019).

Este contexto também é considerado por Coli (2010), quando observa, a partir da popularização dos dispositivos técnicos fazedores de mapas, dentre eles o Sistema de Informação Geográfica, o surgimento de uma variedade de produtos – que ao

escaparem da detenção tecnocrática flexionam (possibilitam outras originalidades) grandemente as configurações padrões –, e, conseqüentemente, de temáticas, objetivos e discursos para além do cientificismo. O sociólogo considera, neste caminho, junto à diversidade de representações e simbologias permitidas nesses novos mapas, ou mapas populares, ou mapas não-tecnocráticos, o nexo de uma divisão política. Conceituado nos seus estudos como “objeto de fronteira”, percebemos neste processo a desqualificação em definitivo de interpretar a cartografia como um instrumento de uso estatal exclusivamente, com sua secular “edificação monolítica autônoma”.

2 OS MORADORES MONITORES (MMS) DO MORRO DA PROVIDÊNCIA

A produção das CSs advém de um longo e complexo processo de exercícios pautados em raciocínios centrados no espaço, um registro que considera, sobretudo, as imaginações e as subjetividades dos sujeitos moradores do espaço-lugar a ser cartografado. Coerente desta importância, a CS do CSOSP¹, intitulada como “Morro da Providência: a Visão dos Crias”, está balizada em dois momentos/estruturas, na: experiência e ação dos sujeitos cartógrafos como moradores do Morro da Providência e da participação destes no Comitê, como integrantes – identificados no programa como Morador Monitor² (MM) – de um movimento social do Morro, e; articulação do Comitê com o Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM) – assessores técnicos de cartografia e parceiros na coordenação dos processos de formação técnica (produção cartográfica) e política (problematização dos processos de subalternização da/na modernidade/colonialidade).

Primeiramente, a fundação do Comitê constitui-se a partir da formação de um gabinete de emergência organizado pelos moradores do Morro da Providência para enfrentar os impactos à saúde e as questões socioeconômicas decorrentes da pandemia causada pela Covid-19. De outra forma, essa mobilização se apoia também diante da completa alheação do Estado, quando sequer viabilizou serviços públicos primários como, por exemplo, postos e/ou materiais de testagem, serviços de remoção de cadáveres, dentre outros, que, por sua vez, confluíram com descasos seculares em relação à oferta de infraestruturas urbanas públicas no Morro, como: água tratada, serviços de limpeza, saneamento básico etc.

¹ O CSOSP, composto pelas organizações *Galeria Providência*, *Casa Amarela*, *Proviturismo* e *Rio Memória e Ação*, configura-se como uma rede de movimentos sociais do Morro da Providência que surge durante a pandemia causada pela Covid-19 intuídos da sua acareação.

² <http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/especial-covid-19/237-morador-monitor-projeto-da-comunidade-do-morro-da-providencia>

A pandemia causada pela Covid-19 no Brasil e no mundo nos confirmou, terminantemente, seja pelos seus altos números de mortes, seja pela crise econômica, um aprofundamento e perspicuidade referente à divisão racial e espacial, ou melhor, uma coerência entre os grupos sociais e os espaços em que ocorreram maiores contaminações. A profa. Raquel Rolnik, em entrevista (2020), ratifica esta percepção afirmando que “a pandemia coloca a nu o modelo desigual de produção da cidade”. Ou seja, enfrentar aos impactos de uma pandemia, como fazem o CSOSP, passa pelas mesmas pautas em que moradores de favela já disputavam quando observamos a associação entre a alta transmissibilidade e letalidade da doença e a sua transversalidade padrão em relação às suas vítimas maiores. Desta forma, a lógica do *deixar morrer* populações com fenótipos específicos, moradores de endereços específicos, e com específicas condições socioeconômicas não é nenhuma novidade, ao contrário, repercute em uma hierarquia racializada de longa duração, como é constatada pelo prof. Renato Emerson (2020, p. 1),

Diversas são as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira que, certamente, elevarão os impactos do coronavírus entre os grupos já prejudicados pelo racismo. A “distribuição desigual de riscos” do COVID, termo proposto para analisar a atual situação pelo cientista social camaronês Achille Mbembe, advém das diversas resultantes do cruzamento das clivagens sociais de raça, classe e espaço no Brasil. A condição urbana predominante para populações negras é marcada pela segregação social e racial nas nossas grandes cidades. Desigualdades de padrões de habitação (que envolvem não apenas padrões construtivos, mas também densidades de pessoas por habitação, cômodos e metragens), bem como infraestruturas diversas de circulação (desde padrões de vias, de ruas largas e arborizadas de condomínios fechados aos becos e vielas em favelas) e transporte, além de condições econômicas e inserções profissionais que permitam ou não a permanência em casa durante a vigência de políticas de quarentena e isolamento, já implicam em profundos diferenciais no controle da transmissão.

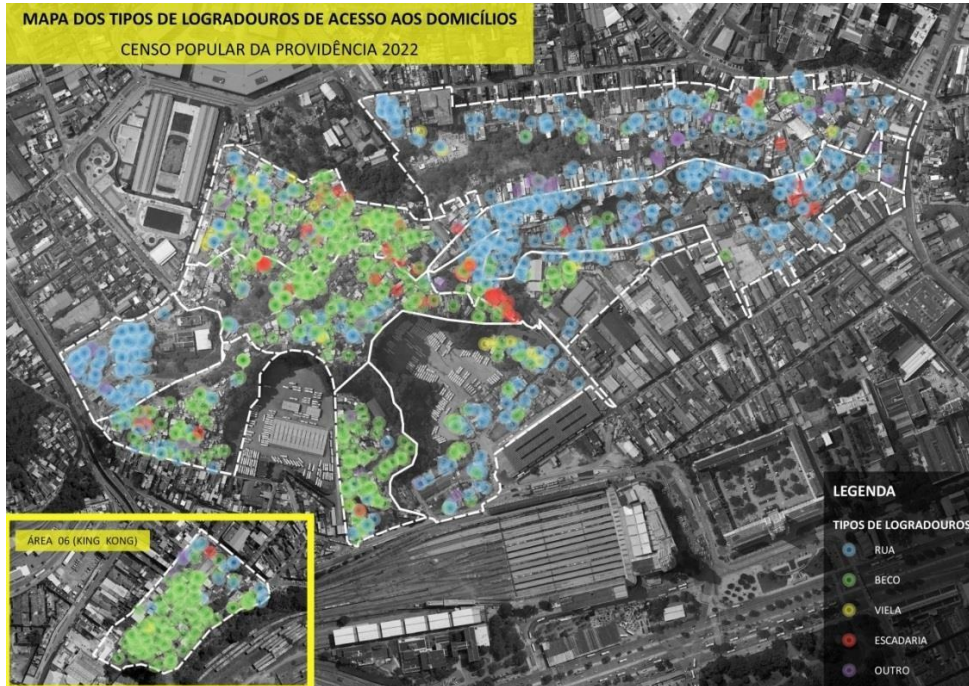
Assim sendo, duas medidas foram principiadoras da ação do Comitê. A primeira foi a composição de um mutirão para a angariação, produção e distribuição de recursos e assistências aos moradores, como: cestas básicas, cestas frescas, máscaras, lavatórios (bicas públicas espalhadas pela comunidade), gás de cozinha; auxílio para a inscrição em programas de renda do governo; disponibilização de apoio psicológico profissional etc. E a segunda alusiva à realização de um recenseamento – pesquisa para a produção de dados para um conhecimento mais específico, qualitativo e, sobretudo, georreferenciado dos impactos. Estratégias que otimizam a localização das ações, e, em vista disso, persuadem outras percepções socioespaciais dos moradores-agentes sociais do Comitê, seja no trabalho de campo, seja na análise dos

dados, sobretudo, no discernimento referente das, já enfatizadas, sobreposições entre espaços específicos consentâneos de específicas classes, gêneros e raças. Os Moradores Monitores (MMs), como são identificados esses agentes, são provocados nesta prática, a conceberem outras formas de ver, vivenciar e pensar o seu lugar, a raciocinarem espacialmente, e, desta maneira, terminam por desnaturalizar o senso comum sobre a paisagem posta e experienciam um processo crítico de des-re-territorialização sobre suas imaginações e opiniões sobre o lugar em que vivem.

Em suma, tanto o mutirão como o censo promovem uma troca de experiências entre os Monitores e os demais moradores que ultrapassam o interrogatório impessoal característico, ao contrário, se configuram numa relação de reconhecimento mútuo entre as partes. A divulgação, por exemplo, dos cuidados pertinentes da contaminação da Covid-19 e da agenda e dos locais dos centros de apoio na região na composição do contato, transforma tanto um como o outro. O que seria inicialmente um procedimento de contabilidade populacional e de repasse de alimentos e utensílios transforma-se em conhecimento – ou reconhecimento – de ambos os lados da prancheta. Os dados censitários sobre os moradores do Morro da Providência produzidos pelo CSOSP comportam índices do(s): número atualizado (em relação ao censo de 2010 produzido pelo IBGE) de habitantes; níveis de renda; necessidades básicas; empregados e desempregados; com e sem acesso aos programas de renda do governo, e, os; contaminados pela Covid-19 ou com sintomas sem testagem.

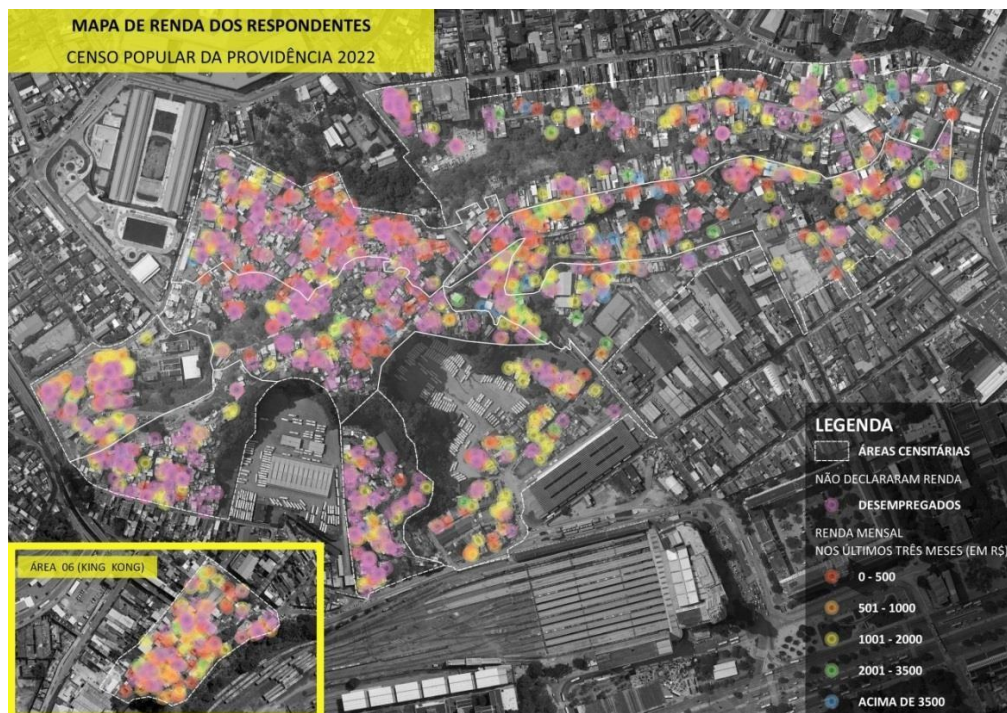
Os referenciais e os raciocínios espaciais dos Moradores Monitores advindos dos trabalhos de recenseamento (como veremos a seguir se desdobrará uma segunda pesquisa de recenseamento) serão substanciais no processo de produção da CS. A leitura espacial de forma relacional sobre as características geoeconômicas e as suas respectivas espacialidades – quando, por exemplo, observamos e cruzamos as informações entre o Mapa 1 (“Mapa dos tipos de logradouros de acesso aos domicílios”) e o Mapa 2 (“Mapa de renda dos respondentes”) abaixo – desdobram-se em um importante fator complexificador das dimensões subjetivas dos moradores-recenseadores quando surgem novos entendimentos e reflexões sobre as configurações materiais intra-regionais do Morro.

Mapa 1 – “Mapa dos tipos de logradouros de acesso aos domicílios”



Fonte: NEGRAM

Mapa 2 – “Mapa de renda dos respondentes”



Fonte: NEGRAM

Coerente da máxima praticada pelos moradores do Morro do “nós por nós”, este primeiro recenseamento torna-se um providencial instrumento de resistência aos impactos da pandemia e à negligência estatal quando exprime dados fundamentais para o planejamento de soluções no território – vale ressaltar – pelos próprios territorializados.

2.1. A articulação entre o CSOSP & o NEGRAM

O NEGRAM, em conformidade com a linha de pesquisa que trata da análise dos *ativismos cartográficos*, de movimentos e/ou organizações sociais que se utilizam do mapa – ou mais propriamente, da sua autoprodução cartográfica – como mais um instrumento político de luta, encontra neste processo o trabalho de mapeamento feito pelo CSOSP. Todavia, o termo “mapeamento” como foi publicizado pelo Comitê, verifica-se posteriormente, não se refere a um trabalho cartográfico estritamente. Explicitada de forma adjetiva, a terminologia anunciada, embora tratar da produção de um conhecimento georreferenciado quando associa os dados com o registro dos seus respectivos endereços, definitivamente, não se tratava de mapas objetivamente. Entretanto, mesmo sem o preeminente objeto, a comunicação entre as instituições permanece, sendo, inclusive, confiado encontros depois, o acesso aos pesquisadores universitários os referidos dados produzidos pelos recenseadores do movimento social. Assim, assuntam juntos, CSOSP e NEGRAM, serem os materiais censitários medulares – valendo ressaltar a ausência de dados atualizados pelo IBGE – para mais da evolução da construção de programas de apoio às vítimas da Covid-19, mas também, para subvencionar o processamento de mapas.

As conversas entre o Comitê e o Núcleo se estendem, conduzindo o trabalho de pesquisa do NEGRAM inteiramente para a organização de uma assessoria junto ao CSOSP, sendo mobilizada assim uma nova frente de trabalho disposta à construção de três peças cartográficas com base na demanda dos moradores da favela: (i) produção de um novo e mais amplo censo popular; (ii), automapeamento, mapas temáticos subvencionados dos dados produzidos no censo popular; (iii) cartografia social, na qual, a partir de raciocínios centrados no (naquele) espaço, e, conseqüentemente, de autoprodução de simbologias, da experiência vivida dos MMs como moradores e, atualmente, e, ao mesmo tempo, como pesquisadores se implicam, se contradizem, desnaturaliza e ressignificam *a opinião*,

[...] o mais importante nem sempre é o mapa ou o cartograma produzido, mas sim, o próprio processo de construção e os aprendizados decorrentes dele: **pensar sobre o espaço** desafiando

os instrumentos de representação de que dispomos e criando novos instrumentos e formas de representação que mais se aproximam dos raciocínios espaciais que são construídos -, **pensar no espaço** – identificando as construções e estruturas decorrentes dos enfrentamentos enunciados e velados de cada realidade, um aprendizado de grande valia para os movimentos e para suas políticas de identidade -, e **pensar com o espaço** – informando a ação e redefinindo, assim, práticas e estratégias (SANTOS, 2006, p. 139).

2.1.1. O Censo Popular do Morro da Providência

Com base no importante trabalho realizado no recenseamento que mediu os impactos sociais da Covid-19 no Morro, a construção de um novo questionário para um novo recenseamento se fundamenta. Esta reformulação ou ampliação das perguntas (com conteúdos decididos pelo Comitê), no intuito de incluir para mais das questões sobre saúde condizentes dos impactos da pandemia, passa a considerar informações sobre a(s)/o(s): “moradores”, como raça, gênero, nível de educação, razões pelas quais gostariam de continuar morando na Providência etc; “saúde”, alargando esse bloco já considerado sobre outras doenças como a tuberculose, vitiligo, deficiências físicas, intelectuais etc.; “domicílio”, condizente às formas de aquisição, condição da ocupação, documentação; “serviços de utilidade pública”, relacionadas ao abastecimento de água, escoadouro do banheiro, coleta de lixo, combustível para o cozimento; “acessibilidade a bens tecnológicos”, como celulares, computadores, internet etc.; “trabalho”, se os moradores estão empregados, tipos do vínculo empregatício, se está inscrito em algum programa social; “segurança alimentar”, relação com a quantidade de consumo e qualidade dos alimentos; “associativismos”, político, cultural, desportivo, religioso etc.; além do registro, a partir da observação dos MMs, da configuração material da “área” coberta, como tipo de acesso aos logradouros (rua, beco, viela, escadaria, se é asfaltada, se permite a passagem de veículos), o material da estrutura de construção dos domicílios, se o domicílio possui outra atividade para além da moradia (econômicas, cultural, religiosa etc.) etc.

Outrossim, convergente do arcabouço da formação técnica e política subsidiado pela assessoria do Núcleo para com os moradores neste novo e amplo processo temos dois encadeamentos. Um primeiro no âmbito técnico, que se subdivide em dois procedimentos, o: a) estudo sobre as bases espaciais convencionais, características dos mapas tradicionais (de precisão), que qualificam a pesquisa na identificação (e registro) da localização do Morro e a sua correspondente

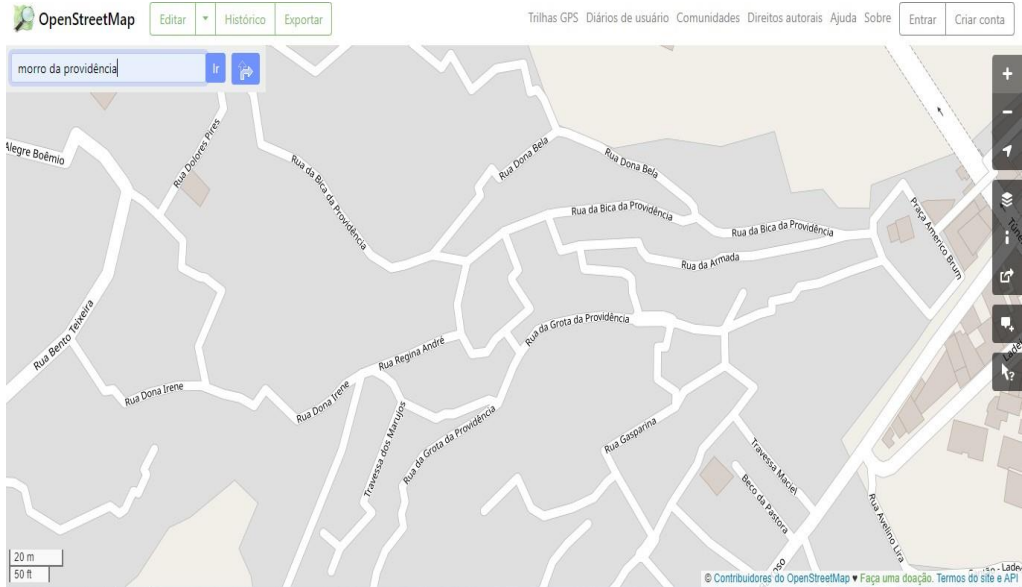
orientação, contribuindo para: identificação dos logradouros do Morro³; delimitação fronteiriça definida pelos moradores do Complexo do Morro da Providência (Mapa 3 – “Mapa de áreas censitárias”); estabelecimento da subdivisão interna do território em mais “áreas”⁴ (igualmente expressada nas informações do Mapa 3), para a organização logística do trabalho de campo dos MMs como de, proporcionar uma análise mais minuciosa a partir de uma melhor (por estar mais seccionada) visualização/apresentação dos dados quando plotados/espacializados; leitura/reconhecimento das “selagens” – códigos que discriminam espacialmente os domicílios a partir de quadrantes específicos no mapa, fundamental para a plotagem/georreferenciamento das informações coletadas (Mapa 4 – “Mapa de selagens”); b) manuseio da plataforma digital “Kobo”⁵ para o preenchimento e envio das respostas do censo e demarcação espacial dos domicílios segundo sua localização georreferenciada/selada.

³ Devido alguns topônimos do Morro não terem registros nas bases espaciais, foi realizado, em parceria com a plataforma OpenStreetMap, o registro desses nomes de ruas na plataforma/mapa, como observamos na Figura 1 – Mapa de toponimização dos logradouros).

⁴ O primeiro trabalho de recenseamento do CSOSP considerava a subdivisão territorial do Morro para a organização do trabalho dos MMs em 6 áreas (baseada na delimitação de “áreas censitárias” feita pelo IBGE sobre o Morro da Providência). Contudo, no novo trabalho de recenseamento, com a assessoria do NEGRAM, a subdivisão das áreas aumentou para 11, que além dos argumentos citados, justifica-se também tanto por uma atenção maior sobre as diferentes configurações materiais do Morro, como pela inclusão de outras partes do território não consideradas no processo anterior, justificando assim a terminologia “Complexo” para designação do (novo) recorte espacial de trabalho.

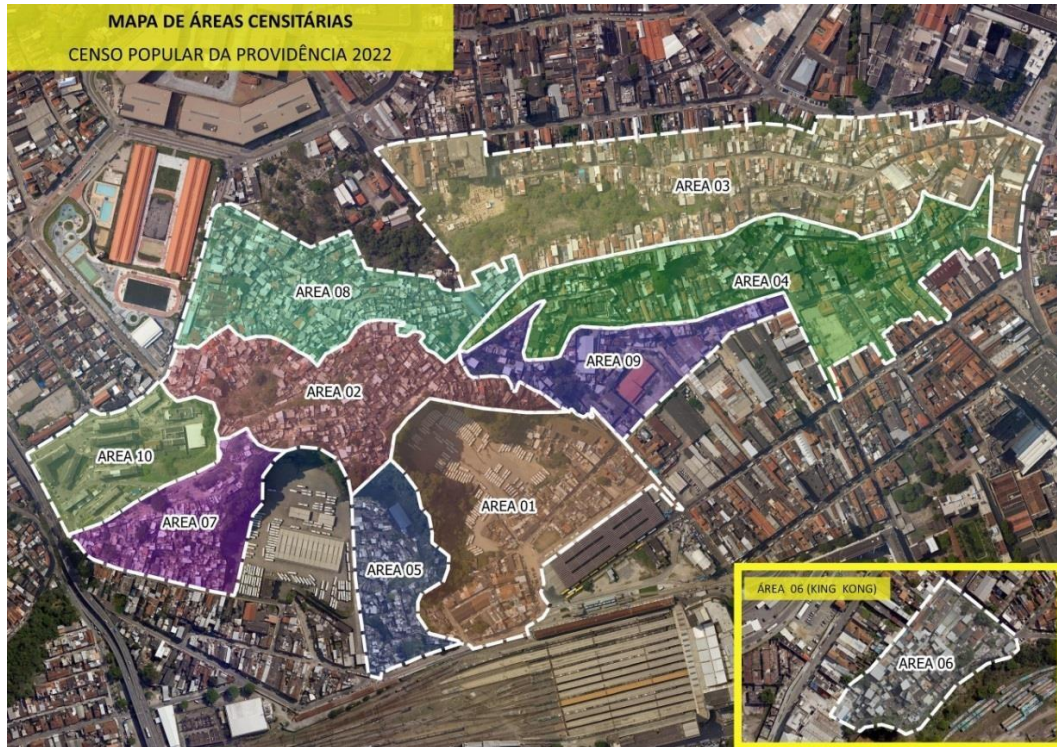
⁵ As aulas ministradas pelos integrantes do NEGRAM, Stéfany Silva e Reginaldo Silva Júnior, a respeito dos fundamentos técnicos para os MMs conciliaram ensinamentos tocantes a: (i) inscrição e manipulação do aplicativo (app) “KoboToolbox”, que serviu tanto para os processos de georreferenciamento como para o registro das respostas do recenseamento, transferência e resguardo dos dados para posterior tratamento; (ii) associação entre a localização informada no app e a sua correspondência configurativa no mapa físico, e, da sua respectiva “área”; (iii) definição das (novas) fronteiras entre as “áreas”; (iv) atualização/correção do registro configurativo espacial que se encontram nos mapas e o que se encontra no espaço real – p. ex. a relação entre áreas que até a última versão no mapa representavam floresta mas que foram alteradas por construções; (v) problematizações políticas em torno da opção do app escolhido, especialmente das preocupações referentes ao controle das informações e dos dados produzidos por parte dos gerenciadores dos softwares.

Figura 1 – Mapa de toponimização de logradouros do Morro da Providência na plataforma OpenStreetMap (OSM)



Fonte: <https://www.openstreetmap.org/#map=19/-22.89964/-43.19598>

Mapa 3 – “Mapa de áreas censitárias (e de delimitação fronteira do Complexo do Morro da Providência)”



Fonte: NEGRAM

Mapa 4 – “Mapa de selagens”



Fonte:NEGRAM

Associadamente, o segundo encadeamento refere-se ao processo de formação cartográfica no âmbito político. Nesta circunstância, o escopo está pautado em reuniões apoiadas em questões que apreciam a relação entre o espaço e o imaginário, sobretudo, no seu viés crítico no que se refere a tensionar a ordem filosófico- epistemológica hegemônica do pensamento moderno-colonial. Questões que consideram a geografia dos sujeitos políticos, como expressa Hugo de Oliveira, um dos coordenadores do CSOSP: “a sua cabeça é a partir de onde o seu pé pisa. É preciso saber conhecer o que você precisa”. Afirmção similar da que nos ensinou Santos (2007, p. 27), referente à relação entre o conhecimento espacial crítico e a “tomada de posição política no mundo”

Quando falamos isso, estamos indicando na verdade uma dupla acepção do que chamamos “se posicionar no mundo”: (i) *conhecer a sua posição no mundo*, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) *tomar posição neste mundo*, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar.

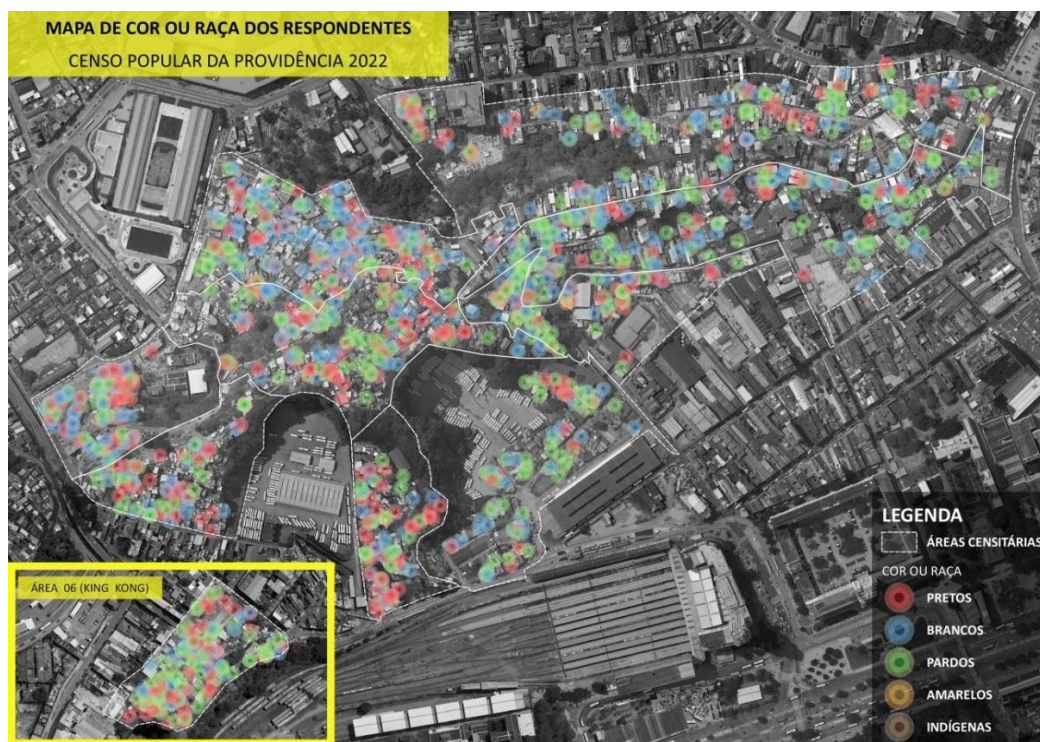
Consoante, o processo é compósito da organização de mesas-redondas. Com a participação de lideranças políticas e de atores (lideranças políticas de favelas, membros de ONGs, professores, estudantes etc.) com pautas tocantes à temática sobre a “favela”, relatam suas trajetórias e experiências ativistas e/ou de estudos. Os palestrantes contribuem fortemente para se pensar criticamente o *status quo* e a posição/condição social em que estão compreendidos os moradores de favela, de questões sobre racismos étnico, socioeconômico e ambiental, assim como a revelação de episódios particulares e de processos peremptórios de análises teóricas, de mobilização e de conflito, em suma, de reflexões engendradas na relação entre os seus respectivos espaços-lugares e a suas condições e situações políticas para além de moradores, não obstante, como sujeitos da ação.

Desta forma, dos palestrantes integraram: Cosme Filipson, também coordenador do CSOSP, que tratou sobre os processos de resistência do Morro da Providência às remoções diante dos projetos do Estado no período da implementação de aparelhos urbanos concernentes dos Grandes Eventos esportivos que aconteceram na cidade e de projetos de gentrificação da região central da cidade como o Porto Maravilha, e, também, sobre os processos que levaram a organização do CSOSP e da luta dos moradores diante dos impactos pandemia da Covid-19; Dayse Pimenta, assistente social, representante da ONG Ação da Cidadania (instituição parceira no trabalho do Censo Popular mencionado) e, que, a partir da sua própria experiência de vida como migrante ainda adolescente do estado do Pará para o Rio de Janeiro como empregada doméstica, argumentou fundamentações sobre os Direitos Humanos, seu significado e importância e, da luta por políticas públicas; Antônio Shaolin, liderança histórica da Associação de Moradores do Morro da Rocinha, tratou sobre as diversas questões acerca da “invisibilidade dos favelados” em relação ao Estado, e, relatou como ponto nevrálgico para esse enfrentamento a articulação política entre as favelas da cidade, ou seja, somente, a “construção política coletiva” pode, na opinião do ativista, converter os processos de subalternização institucionalizados.

Tivemos também um encontro ministrado por dois membros do NEGRAM, pelo coordenador do Núcleo, o prof. Renato Emerson dos Santos, e pela mestrandia em planejamento urbano e regional Karoline dos Santos. As falas tiveram como mote conferenciar sobre a história da região em que se encontra o referido Complexo, terminantemente, designada por “Pequena África” – denominação criada desde 1910 por Heitor dos Prazeres, como bem evidenciou o professor. A aula demarcou, contundentemente, este recorte espacial como um território de protagonismo e de resistência da população negra, com referências históricas globais e de substancial

densidade sócio-política: composição populacional (presença de corpos) – como sublinha as informações apresentadas no Mapa 5: “Mapa de cor ou raça dos depoentes” –, cultura e grafagens ou gramáticas espaciais (marcas/referenciais/memórias materiais e/ou imateriais no espaço: toponímias, monumentos, tombamentos, práticas territoriais etc.). Um espaço-lugar, conforme os palestrantes, de intensa “efervescência territorial-política negra” que remontam o período colonial com superiores referências africana, e, que se renovam com o tempo, por exemplo, quando serviu de recanto e resguardo para as populações negras removidas das regiões centrais da cidade na Reforma Pereira Passos (1903) – arquétipo de projeto de “branqueamento do território”, como conceitua o prof. Renato – , como também o lugar de importantes conflitos urbanos históricos como o cortiço localizado sobre as ruínas do antigo Mercado da Harmonia que serviu de trincheira pela organização popular que provocou a Revolta da Vacina (1904) sob a liderança negra de Prata Preta.

Mapa 5 – Mapa de Cor ou Raça dos respondentes



Fonte: NEGRAM

A fala dos representantes do NEGRAM tratou também, de processos mais recentes da geografia da região como o/a: tombamento da Pedra do Sal (1984), importante lugar de moradia de negros recém-chegados ao Rio desde os tempos

coloniais, assim como das práticas de Samba e do Candomblé – proibidos e reprimidos até meados do século XX –, mas que atualmente é reduto do samba carioca; fundação do Instituto dos Pretos Novos (1990), coordenado por Dona Mercedes que, ao encontrar no subsolo de sua casa durante uma reforma ossada humana, descobre de que se tratava de um cemitério de escravos, e, resolve transformá-la num respeitante memorial da História negra.

Por conseguinte, os geógrafos discorreram sobre os atuais processos de subalternização socioespacial, ou como mencionamos, de “branqueamento do território”, a partir do projeto “Porto Maravilha”. Racismos, como parte das ações do Estado, que alcançam a região, seja simbolicamente, como, por exemplo, com a mudança de toponímias, conforme o da área do cortiço referido acima para Praça Coronel Assumpção, seja materialmente, como foi o plano – e a execução – de remoções de moradores da região da Pequena África para a implementação dos empreendimentos próprios do projeto. Não escapou da atenção crítica dos conferencistas nem mesmo o “Circuito de Herança Africana” que, ao valorizar apenas 6 patrimônios com referência a valoração da história e cultura negra, termina, na realidade, por resumir toda uma região. Este processo é classificado pelos professores de “incorporação subalternizante”, pois reserva, de forma pretensa, se não perversa, as partes não inclusas à mercê dos projetos estatais, ou branqueadores.

2.2. Cartografia Social “Morro da Providência: a Visão dos Crias” – Cartografia Imaginada de Favela

Dessa forma, após percorrer todos esses processos de formação, reúnem-se, CSOSP e NEGRAM, para a produção de uma CS, ou como indicamos, de uma Cartografia Imaginada de Favela. Doravante este processo, de colocar no papel as reflexões sobre a experiência vivida antes e depois do trabalho de recenseamento, os MMs salientam questionamentos inúmeros: nós podemos também sermos cartógrafos? É possível fazer outro tipo de representação que não seja a da engenharia? CS é mapa de verdade ou de esboço? Ou seja, sobreleva-se tensionamentos, notadamente, em direção a uma confluência de ideias que desconstrói as naturezas tanto da marginalização social e do racismo como da do monopólio de fazer cartografia por uma cátedra euclidiana. Ainda, percebe-se que, ter autonomia sobre a produção cartográfica e/ou não se apoiar simplesmente sobre a gramática das convenções, não significa qualquer ruptura se a compreensão da sua *posição no mundo* não esteja abarcada. Encontra-se aqui o ponto fulcral que diferencia um mapa moderno-colonial e um mapa *encantado* de favela.

Uma seção importante, relacionada ao período formativo, e que serviu de grande inspiração para os (novos?) cartógrafos, foi a breve apresentação da emblemática experiência de CS – uma das maiores referências analisadas pelo NEGRAM –, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Coordenado pelo prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida, o PNCSA se utiliza da cartografia como um instrumento político para ativismos sociais. Projeto que, desde a década de 1990, tem como centralidade a produção de mapas balizada nas concepções territoriais, simbólicas e reivindicativas dos territorializados, (re)qualificando sua condição tradicional de objeto temático, ou de mapeados, para cartógrafos. Isto é, são, em sua maioria, as comunidades autóctones da região amazônica as fazedoras dos seus próprios mapas, sendo as equipes de estudantes e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), suas importantes assessorias técnicas e políticas. “Os agentes sociais produzem croquis, mapeando sua região e indicando quais os elementos relevantes para a sua composição. (...) Na sequência, o PNCSA recolhe as informações das marcações de ponto e as georeferencia na base cartográfica” (site do PNCSA).

Em síntese, temos um processo de formação cartográfica que vai além de ensinar o que seria pertinente – e de como – pôr no mapa. O que observamos são inferências que confluem para percepções críticas sobre o mapa, como uma ferramenta uni-versal da tecnocracia, mas, também pode servir à luta, à crítica. Os moradores do Morro da Providência ao cartografarem, e/ou ao se constituírem cartógrafos, a partir da plotagem das suas referências simbólicas *tomam posição no mundo*.

Contudo, as críticas à cartografia tradicional sobre e a partir da metodologia da CS, consideram, igualmente, a não formulação de um novo pódio da racialização ou de uma nova escala hierarquizada de valores. O que as discussões valorizam é a transversalidade (*transmoderna*) das/entre as visões de mundo, dentre elas, p. ex., expressada com atenção nos processos articulatórios constitutivos da experiência em tela, na não hierarquização entre os conhecimentos popular e acadêmico, consubstanciado em uma “horizontalidade epistêmica”. Aprendemos que diferentes conhecimentos e cartografias não precisam se anularem para serem autorais e, precipuamente, legítimos. Destarte, a CS se configura na complexidade, emancipadamente, numa combinação entre a racionalidade das cartografias de precisão e a irracionalidade e situacionalidade das cartografias imaginadas. Em outras palavras constatamos que o mapa para além de ser um instrumento de poder, se estabelece como um instrumento de disputa: de disputa política, mas, antes de disputa pelo próprio uso da cartografia.

Conseqüentemente, foi sugerido pelo Núcleo, seis perguntas para serem debatidas no intuito de estimular ainda mais a dimensão subjetiva dos MMs- cartógrafos – e o seu contínuo processo de formação de um imaginário posicionado – a partir das suas relações referenciais da vivência antes, durante e depois do trabalho de pesquisa. Provocações que incluem a: rememoração e avaliação dos percursos e das experiências espaciais; diagnóstico sobre essas experiências a partir de uma opinião crítica sobre as situações de campo, e; releituras sobre o tecido sociopolítico da Providência.

As questões foram as seguintes:

1. O que você conheceu de novo do território através do recenseamento?
2. Se você fosse trazer uma pessoa querida para apresentar a Providência, o que você mostraria?
3. Por onde você circula no território?
4. O que você sente falta no território?
5. O que existe no território que pode ajudar a resolver esses problemas?
6. O que você colocaria no “mapa do futuro” da Providência?

As respostas embora, notoriamente, diversas, transitaram sobre uma (re)avaliação espacial central: a grande variedade configurativa material do Morro, ou a percepção de regiões com demarcações materiais uniformes. Influenciada, como bem sinalizamos, por toda subvenção formativa descrita, o ponto de vista sobre a lente da pesquisa desvelou novos arranjos espaciais. Coerências e/ou diferenças estruturais – raciais, socioeconômicas, de estruturas das ruas, das casas etc. – já experienciadas, ganham justificativas ou perdem naturalidade. Depoimentos de percepções espaciais-regionais como: diferenças socioeconômicas entre “parte alta” e “parte baixa” do Morro; da existência de um mercado imobiliário (especulativo, inclusive); lugares de altíssima precariedade; lugares turísticos; lugares turísticos no Morro que os próprios moradores desconheciam; áreas comerciais etc. ganham um novo olhar, ou mais propriamente, uma nova “visão”.

Outrossim, foram propostos três gêneros temáticos para os mapas: “do diagnóstico atual”, que apresentaria, em sua maioria, a denúncia de problemas infraestruturais e sociais presentes; “do futuro”, propositivo de políticas, equipamentos e iniciativas que enfrentassem as questões sinalizadas no “diagnóstico”, e; “dos circuitos” – sugestão escolhida – como observamos no Mapa 6: Mapa “Morro da Providência – Visão dos Crias” –, temática que se apoia na valorização dos lugares nos quais os MMs, ou mais especificamente, os “crias” *veem* como importantes referências positivas existentes no Morro, condizentes à arte, ao lazer, à religião, à

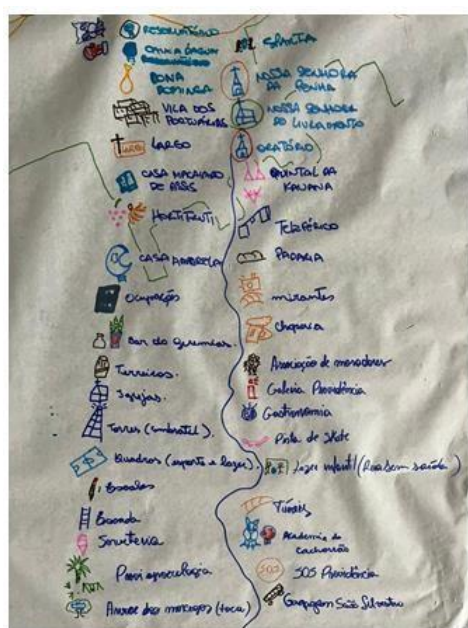
gastronomia etc. Um diversificado mapa de sugestões para um “roleção na Provi”, como convidou um dos MMs, assim como, para enfrentar “o rótulo de que o Morro seria um lugar exclusivo da violência e da pobreza”, como argumentou outro cartógrafo.

Mapa 6 – Mapa “Morro da Providência: Visão dos Crias”



Fonte:NEGRAM

Fig. 2: Legenda – Mapa “Visão dos Crias”



Legenda do Mapa “Visão dos Crias” do CSOSP

Reservatório	Sparta
Caixa d'água	Nossa Senhora da Penha
Dona Domingas	Nossa Senhora do Livramento
Vila dos Portuários	Oratório
Largo	Quintal da Kauana
Casa do Machado de Assis	Teleférico
Hortifruti	Padaria
Casa Amarela	Mirantes
Exposições	Chopperia
Bar do Jeremias	Associação de Moradores
Terreiros	Galeria Providência
Igrejas	Gastronomia
Torres (Embratel)	Pista de skate
Quadras (esporte e lazer)	Lazer infantil (Rua sem saída)
Escolas	Túneis
Escada	Academia do Cachorrão
Sorveteria	SOS Providência
Provi agroecologia	Garagem São Silvestre
Árvore dos Morcegos	

Fonte: NEGRAM

Embora os índices, as taxas e os dados produzidos e representados no recenseamento e nos mapas tradicionais, que abarcam o espaço de forma absoluta, sejam fundamentais para a análise das condições materiais da população, e, conseqüentemente, para construir e reivindicar projetos infraestruturais, assim como também, compõe o processo de formação analítica sobre o espaço, a CS compreende a subjetividade. Este trabalho que incentiva as imaginações geográficas, na qual considera o espaço, maiormente, na sua perspectiva *relacional*, busca promover o que o censo e o mapa de precisão não mostram, ou que não estão qualificados tecnicamente/cientificamente para fazê-los, logo, busca apreender e materializar tais imaginações a partir de uma irrestrita autonomia simbólica/política, ou seja, de mapas de favelas inequívocos da autenticidade dos/sobre/pelos seus moradores.

3. SOBRE OUTRAS IMAGINAÇÕES

Usados de forma articulada pelos impérios coloniais europeus na Ásia, o censo e o mapa, analisa Anderson (2008, p. 233), foram instrumentos preambulares para o conhecimento daqueles territórios e, por sua vez, para a afirmação das novas fronteiras e espoliação das suas riquezas. Entretanto, o ponto chave do processo colonial que o autor explora, concomitante às questões materiais, é a associação com os sistemas classificatórios provenientes desses instrumentos de pesquisa e representação, inicialmente documentais, mas com alto poder de controle político-cultural a partir da constituição discursiva de uma nova história que passa a ser contada/inculcada e, naturalizada. Destaca-se, sem embargo, que a fundamental substância desta des-re-territorialização advém dos efeitos da sua imposição simbólica – princípios da formação de um novo imaginário, moderno/eurocêntrico. Desta maneira, o historiador conclui que os europeus na Ásia “construíam [através dos referidos “instrumentos”] seus próprios malaios”.

[...] fica evidente a peculiaridade do censo. Ele tentava contar minuciosamente os objetos da sua imaginação febril. Dadas a natureza exclusiva do sistema classificatório e a lógica da própria quantificação, um "cochinchino" tinha de ser entendido como um dígito numa somatória de "cochinchinos" reprodutíveis - dentro, é claro, do território do Estado. A nova topografia demográfica arrancou profundas raízes sociais e institucionais, conforme o Estado colonial aumentava de tamanho e multiplicava as suas funções. Guiado por esse mapa imaginado, ele organizava as novas

burocracias do sistema educacional, jurídico, da saúde pública, polícia e imigração, que estava construindo sobre o princípio das hierarquias etnorraciais, sempre entendidas, porém, em termos de séries paralelas. A passagem das populações submetidas pela rede diferenciada de escolas, tribunais, clínicas, delegacias e departamentos de imigração criou “hábitos

de tramitação" que, com o tempo, deram uma verdadeira vida social às fantasias anteriores do Estado.

Destarte, Costa (1996, pg. 30), a partir dos estudos e constatações sobre a consideração que os moradores de favelas têm nos recenseamentos feitos pelo governo brasileiro historicamente, reafirma-nos a contundência da produção de pré-conceitos e de imaginários subalternizantes na qual os grupos hegemônicos se utilizam para a manutenção do seu *status*. Percebe-se que, na realidade, esses instrumentos de medição e representação populacional são diligências de/para essa gestão, e destaca, por exemplo, que “ao limitar o número de moradias e o aspecto da construção, a definição além de ficar imprecisa e subjetiva não considera a evolução da favela até hoje”. Assim, a autora sublinha ser o censo uma contundente ferramenta de expressão, construção e consolidação de cognoscibilidades, de um cotidiano a partir do paradigma do grupo que produz e se utiliza desses aparelhos, mobilizam categorias de educação que edificam e preservam o *status quo* moderno-colonial.

Os métodos e os produtos modernos de pesquisa do recenseamento, assim como os da cartografia tecnocrática, funcionam nesta perspectiva enviesada para diagnósticos para ações de comando e controle, ora mobilizando/publicizando uma simbologia e sua coerente ideologia, ora sendo retroalimentados pelo corolário consequente dessa (in)formação disseminada, inculcada e aprendida e, reproduzida. Remata-se (engessa-se), assim, o processo formativo moderno-colonial a partir da generalização de uma epistemologia, de um pensamento, da naturalização da sua/una opinião, desfazendo, por tabela, quaisquer questionamentos – políticos, sobretudo – dos referidos aparelhos (e sua gramática simbólica) de representação, pois, logo, o desqualifica remetendo-os a um trabalho contaminado ou com intenções partidárias. Em outros termos, Costa (1996, pg. 30) complementa dizendo que esse modelo “demonstra que os conceitos e preconceitos relativos à favela, interiorizados por todos, são muito influenciados pelo senso comum, dificultando a absorção das transformações ocorridas e formalização de um conceito de base técnico-científica operacional”. Ou seja, esse modelo e metodologia de recenseamento

– assim como a cartografia – não tenhamos quaisquer ilusões, funcionam para nada diferente e de forma primeva como um instrumento de guerra.

Concordante desta análise, da “retroalimentação” entre objetividade e subjetividade na consolidação de um posicionamento político ou mesmo de um *status* e, de grande valor para

uma maior compreensão sobre as questões que cercam e embasam a CS, mas sob uma perspectiva espacial – pois já nos disse Lefebvre: “não existe uma realidade social não espacializada” –, Harvey (2013, p. 12), do mesmo modo, nos ensina que o estudo crítico

sobre a sociedade tem de atentar para os elementos que a constituem de forma holística e complexa, para a sua variedade e qualidades articulatórias, para a *relacionalidade* entre pensamento & materialidade,

Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto para definir a natureza daquele ponto. (...) certas temáticas, como o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos, somente podem ser abordadas desta maneira. Não posso encerrar as memórias políticas e coletivas dentro de um espaço absoluto (situá-las claramente em uma grade ou sobre um mapa), nem compreender sua circulação em função de regras, ainda que sofisticadas, do espaço-tempo relativo. Se coloco a questão: [o que significa a Casa Amarela para os moradores do Morro da Providência?], o único modo de encontrar uma resposta é pensando em termos relacionais. Du Bois tentou, há muito tempo, formular o problema em termos do que ele chamou de “dupla consciência” – o que significa, ele perguntou, carregar em si mesmo a experiência de ser tanto negro quanto americano? Podemos complicar ainda mais a questão perguntando **o que significa ser americana, negra, mulher, lésbica e da classe trabalhadora? Como todas essas relacionalidades entram na consciência política do sujeito?** E quando consideramos outras dimensões – de migrantes, grupos de diásporas, turistas e viajantes e aqueles que assistem à atual mídia global e parcialmente filtram ou absorvem suas mensagens cacofônicas – então **a questão primária com que estamos lidando é entender como todo este mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político particular (ainda que individualizado no espaço e tempo absolutos) para suportar esta ou aquela linha de pensamento e de ação.** Claramente, não podemos compreender o terreno mutável no qual subjetividades políticas se formam e ações políticas ocorrem sem pensar sobre o que acontece em termos relacionais. (grifo nosso)

É justamente a partir desta questão, sobre a influência em que o “*mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político*”, ou com pensou Nacif (2010, p.6) de “*quanto o mapa apenas reflete graficamente dados recolhidos da realidade e o quanto o próprio mapa é representação que inscreve sobre a realidade de leituras produzindo novas espaçotemporalidades*”, que buscamos investigar a metodologia que esteia a CS. Assim como é imprescindível valorizar o *lócus* de enunciação do evento (espaço absoluto – cartografia de precisão), é fundamental, conjuntamente, apreciar seus impactos e caracterização subjetivos (espaço relacional – cartografia imaginada). Esta análise, inclusive, é o que consubstancia uma das questões centrais da Geografia: o porquê de um fenômeno acontecer em um

determinado lugar e não em outro.

Da mesma forma, analisando a expressão de “desencantamento do mundo” de Max Weber – na qual o professor faz uma importante constatação sobre o movimento de universalização do paradigma “racional” sobre as formas de produção de conhecimento

esteadas nos aspectos culturais, metafísicos ou *maginificados* –, VIANNA Jr. (2009) nos diz que o recente processo de produção de mapas, dentre eles o da CS, por grupos sociais historicamente subalternizados tensiona necessariamente esse esforço cientificista de ser o modelo de vida uni-versal, e, recupera, e, fundamentalmente, disputa politicamente a cartografia a partir das suas práticas territoriais e do seu prisma simbólico advindo da suas relações com o espaço, isto é, reúne as concepções absolutas e relacionais do espaço. O antropólogo percebe que tais perspectivas simbólicas marginalizadas, nesta metacartografia⁶, como sugerimos a partir da contribuição lefebvreviana, desmantelam a estrutura da *razão metonímica* – na qual categoriza Boaventura dos Santos – característica da modernidade e do modelo cartesiano que o serve de substrato, e, do inverso, mobilizam o valor e a expressão da diferença, assim como a denúncia dos processos históricos de subalternização.

Todavia, para os processos de “dilatação do presente” – como Boaventura dos Santos classifica a crítica da “razão” exposta – é primordial avançar sobre a simbologia totalitária das “representações do espaço”, como nos orientou Henri Lefebvre – nas quais classifica como um “armazém de poder epistemológico” eurocêntrico – como exemplificamos anteriormente com as famigeradas convenções cartográficas. A saída que nos propõe o filósofo é refletir propriamente sobre a diferença, sobre os “espaços de resistência à ordem dominante que surgem precisamente do seu subordinado, periférico ou de posicionamento marginalizado” (LEFEBVRE In SOJA, 1996, pg. 65), na qual classifica como “espaços de representação”: “espaços dominados”, os espaços das periferias, as margens e os marginalizados, os “Terceiro Mundos” que podem ser encontrados em todas as escalas, no corpo-realidade de corpo e da mente, na sexualidade e subjetividade, nas identidades individuais e coletivas desde as mais locais até as mais globais” (LEFEBVRE, In. SOJA, 1996, p. 68). Reflexão na qual Soja (1996, ps. 31-56) engendra o conceito de “thirdspace”, um espaço de teorização e prática, que, assim como os autores acima, interage o concreto e o abstrato, os códigos quotidianos do pensamento cartesiano eurocêntrico junto do pensamento crítico, neste caso, as “representações do espaço” e os “espaços de representação” num processo de emancipação que “reúne a vida quotidiana e a história interminável”,

um mundo de experiências, emoções, eventos e escolhas políticas conhecidas e desconhecidas, reais e imaginárias, que é existencialmente moldado pela interação geradora e problemática entre centros e periferias, o

⁶ Assim como compreende Lefebvre In SOJA (p. 34) “Meta-linguagem não significa a abolição da língua; ela transmite o significado de um “discurso sobre o discurso” (...) abre uma esfera de reflexão e meditação na qual [a linguagem] aparece em toda a sua plenitude mas também com todas as suas limitações”.

abstrato e concreto, os espaços apaixonados do conceptual e do vivido, marcados material e metaforicamente na *práxis* espacial, a transformação do conhecimento (espacial) em ação (espacial) num campo de poder (espacial) desigualmente desenvolvido.

O espaço onde todos os lugares são capazes de serem vistos de todos os ângulos, cada um deles claro; mas também um objeto secreto e conjecturado, cheio de ilusões e alusões, um espaço que é comum a todos nós, mas que nunca pôde ser completamente visto e compreendido, um “universo inimaginável”, ou como diria Lefebvre, “o mais geral dos produtos”.

Dentro dessa perspectiva cartográfica que disputa a excepcionalidade da representação espacial pela ordem moderna, a CS se conforma como uma produção de mapas que radicaliza as normas configurativas ou se utiliza delas, mas, nomeadamente, tensiona uma exclusividade/oficialidade. A CS constitui-se assim na expressão dos projetos, desejos, visões de mundo, reivindicações do espaço e com o espaço dos territorializados, subversão em que o sujeito subalternizado (historicamente condicionado quando muito a ser objeto) cartografado é o seu próprio cartógrafo, do espaço produzido e/ou demandado por ele, é ele próprio o produtor da sua representação, configurando assim, uma “disputa de regimes de produção do conhecimento legítimo”⁷ (SANTOS, 2019, p. 15).

Consoante, Almeida (2018, p. 58), através da metodologia de mapeamento praticada no PNCSA, nos ensina que a produção de conhecimento mediante a CS estabelece-se sobre um largo processo de ressignificação da técnica e dos símbolos, e, peremptoriamente, dos objetos temáticos, logo,

[...] poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de pesquisa e de técnicas de observação direta, a vida social de [grupos] considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la, principalmente em situações de conflito social. **Está se chamando de consciência de suas fronteiras a confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos**, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, inventários, códigos e mapas. Enuncia uma tensão, cada vez mais perceptível, entre a consciência de si mesmos, expressa por ações coletivas, por mobilizações políticas e pelas autodefinições, (...) no momento atual, as autodefinições são que nomeiam os museus, os territórios e os mapas [construídos por esses agentes sociais],

⁷ Contudo, é importante sinalizar que, pela CS não se utilizar comumente das tais gramáticas, são desqualificadas e remetidas à classificação de uma produção informal, ou não-oficial, quando muito relegada a um mapa de esboço. Percebemos assim, que, com exceção de uma plataforma de expressões de uma Outra perspectiva política, a CS converte a categoria científica “Cartografia” em uma arena, onde se disputa, juntamente com os raciocínios situacionais do espaço, a detenção/exclusividade de um grupo hegemônico, ao mesmo tempo que se materializa a desmistificação do seu discurso universal e neutro.

demonstrando não somente suas especificidades, mas também que são indissociáveis da consciência de si mesmos ou do processo de autodefinição dos agentes sociais correspondentes às identidades coletivas.

Deste modo, a construção/materialização de documentos cartográficos sobre as concepções socioespaciais de sujeitos habitantes de favelas historicamente cerceados, ou quando muito incluídos em processos participativos restritos – comportados como fornecedores de informações, com pouca ou nenhuma autonomia sobre o processo diretivo dos projetos –, demonstra ser uma importante ruptura política, em suma, como um processo de “validação de poder”. Tensionamentos sobre o totalitarismo imposto pela modernidade tanto no campo configurativo da produção cartográfica – na promoção de temáticas amparadas por reivindicações políticas –, como no campo do pensamento, sobretudo, quando estimula a produção de símbolos a partir da desnaturalização do referido universalismo, a CS se materializa assim como um ato político, ou um *ativismo cartográfico*, “um processo de produção de conhecimento, apontado como um conjunto de operações de decisão (o que é mapeado, como é representado, o que é válido e o que não é, etc.) que são exercícios de poder” (SANTOS, 2019, pg, 15).

Desta forma, MOTTA (2019) em sua consideração sobre o conceito/ato de “autorrecenseamento” praticado pelo projeto “Censo da Maré” de 2011, nos orienta para duas situações que os ACs enfrentam. A primeira faz alusão à insensibilidade e à “estigmatização” do pesquisador em relação à favela. Conseqüentemente, a segunda diz respeito à imperícia (intencional ou não) dos órgãos censitários ditos oficiais de compreenderem as “demandas reais” dessas populações. Contudo, é no tensionamento sobre esses aparelhos privados da representação espacial moderna que a CS do CSOSP se propõe enfrentar basilamente, de “ser instrumento de representação num sentido amplo do que é representação – algo que exprime o real, mas também o ajuda a produzir” (SANTOS, 2012, p. 8).

Outrossim, Castro (1999) nos demonstra através da problematização sobre a famigerada ferramenta cartográfica “Sistema de Informação Geográfica” (SIG), uma análise sobre este ambiente de disputas políticas. Neste trabalho, o geógrafo teoriza sobre um paradoxo concernente da funcionalidade do SIG e, tipicamente, apresenta dois tipos controversos de resultados. O primeiro, identificado com o conceito filosófico de *ente*, caracteriza o SIG atendendo a sua qualidade objetiva, própria dos formulários, que por sua

vez, conduzem diferentes objetos de pesquisa para a produção de dados e de configurações cartográficas mesmas. Em outras palavras, determinam realidades dessemelhantes em opções marcadas de respostas. Castro, interpreta o SIG nesta análise

como um *sintetizador de ilusões geográficas (sig)*, pois o que ocorre, efetivamente, é um ajuste da experiência aos moldes prescritos do método tecnificado.

Entretanto, por outro lado, compreendendo o Sistema como *Ser*, o autor, mesmo considerando a rigidez caracterizada na vertente já mencionada – pois, insiste na dificuldade de se manipular instrumentos que são pensados para servirem a um fim predeterminado –, investe na criticidade e subjetividade do cartógrafo como um elemento medular da contundência das problematizações, complexificações e flexibilizações da pesquisa. Este remetimento ao engajamento por parte do cartógrafo é tão precípuo nesta análise que Castro classifica esta interpretação do SIG como “Sistema de Informação Geográfico”. Ou seja, modifica o gênero da sigla original “Geográfica”, pois entende a expressão tradicional representar uma abrangência inerente de raciocínios supostamente genéricos e, o termo “Geográfico”, do contrário, demarcar uma perspectiva, se não posicionada, mas mais ativa do cartógrafo, ou ao menos, mais autoral, desprendida da fórmula racional, desencantada. E, nos diz,

Em termos aristotélicos, o *ente sig* guarda em si o *ser* SIG em potência, mas sua manifestação em ato, na constituição e instituição de um SIG concreto, pode se dar segundo a condução tecnológica do *sig* ou segundo a orientação do ser humano que se estabelece como usuário do *sig*. Dito de outro modo, o *ser* SIG se constitui e se institui de qualquer modo na interação entre usuário e *ente sig*, porém a natureza tecnicista ou humanista do SIG se dá em função da presença ou ausência de uma certa *atitude* do “ser humano” nesta interação (CASTRO, 1999, p. 7).

Esta perspectiva também foi considerada por Coli (2010, p. 96), quando observa o surgimento de produções cartográficas sob esta perspectiva mais autoral a partir da popularização das ferramentas cartográficas, dentre elas o próprio SIG, e, observa, conseqüentemente, o nexos de uma divisão política a partir dos seus diversos usos. Conceituada nos seus estudos como “objeto de fronteira” desqualifica em definitivo a atribuição prévia de interpretar o Sistema – e, aqui estendemos a referência para a cartografia de um modo geral – como uma ferramenta para a produção de mapas tecnocráticos unicamente, como uma “edificação monolítica autônoma”, pois, do lado avesso, o sociólogo convalida tratar de uma disputa política sobre o objeto, sobre a sua serventia, “uma construção resultante de negociações, onde forças sociais complexas e localmente contingentes produzem um SIG *diferente* (...) conecta[ndo] com sucesso perspectivas múltiplas, e mesmo

opostas” (grifos nosso).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observamos com a experiência da CS do CSOSP a proposição para com uma outra ciência cartográfica – mesmo que se utilizando ainda das técnicas e metodologias reducionistas da engenharia da modernidade e do positivismo descritivo do espaço absoluto. O que vale ressaltar, insistentemente, é a ruptura sobre a versão exclusiva sobre a representação espacial, na qual mapear se realiza a partir das “relações simbólicas” do “quadro das experiências”, como nos ensina Muniz Sodré, e não unicamente sobre as normas técnicas sentenciadas por uma cátedra.

Temos assim, com a representação da causa/temática dos subalternizados na CS uma exposição e desqualificação da racialização/hierarquização das relações sociais que estão representadas/naturalizadas no cotidiano Moderno. As perguntas propostas no questionário sobre a predominância, por exemplo, de qual a raça e classe morrem em uma pandemia, observamos nos ativismos sociais e cartográficos do CSOSP a possibilidade de resposta que possivelmente não teríamos no contexto imperial e racista da cartografia tecnocrática. A CS do CSOSP, com a autoprodução de signos e de significados cartográficos críticos/decolonias sobre as especulações da modernidade, enfrenta, desta forma, três situações: (i) materializa a disrupção da exclusividade/totalitarismo do cientificismo de sentenciar o símbolo que é legítimo e o que não é; (ii) conseqüentemente, situa a simbologia estatal como apenas mais uma das orientações possíveis; e por fim (iii), concretiza a (auto)crítica ferrenha de Massey (2004, p. 15), na qual condiz que “reconhecer que os “outros” realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo [ao academicismo/cientificismo], mas tem suas próprias histórias para contar”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Emmanuel de Almeida F. Jr. (Orgs.): Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Mapas e museus: uma nova cartografia social In. Revista Ciência e Cultura. vol.70 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2018.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo | tradução Denise Bottman.- São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CASTRO, M. C. de. SIG - Sistema de Informação Geográfico ou sig - sintetizador de ilusões geográficas – Desconstruindo uma formação discursiva. Tese defendida para obtenção de título de Doutor PPG em Geografia UFRJ, 1999.

COLI, Luis R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambigüidades e assimetrias. In: Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Henri Acselrad (Orgs). Rio de Janeiro : IPPUR-UFRJ, 2010.

COSTA, Valéria G. Rediscutindo o espaço-favela : sobre a operacionalização da pesquisa em favelas - o caso do município do Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 58 nº 1/4 jan/dez. 1996.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28). 2013.
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>

MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. In. *Mana* 25(1): 072-094, 2019.

NACIF, C. L. ; NAME, Leonardo. Vai para o mapa ou não vai? Reflexões sobre o planejamento urbano participativo na perspectiva de uma cartografia crítica. In: Colóquio Território Autônomo, 2010, UFRJ, 2010. Colóquio Território Autônomo, 2010.

PNCSA. <http://novacartografiasocial.com.br>

ROLNIK, Raquel. Entrevista. 2020. https://www.ufpe.br/ppga/noticias/-/asset_publisher/oWaVxar42FhR/content/anthropologicas-podcast-a-covid-19-e-a-guerra-dos-lugares-na-cidade-raquel-rolnik-fau-usp-/39562.

SANTOS, Renato E. dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. XII Colóquio de GeoCrítica. Bogotá. 2012.

_____. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da pequena África no Rio de Janeiro. In.: Cartografias do conflito : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / orgs Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

_____. Reflexões necessárias num 13 de maio em contexto de pandemia In. Boletim IPPUR n20/2020. <https://ippur.ufrj.br/reflexoes-necessarias-num-13-de-maio-em-contexto-de-pandemia/>.

SOJA, E. Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Oxford: Basil Blackwell. 1996.

VIANNA JR., Aurélio. O reencantamento da cartografia. In.: Le monde Diplomatique Brasil : Mapas e identidades – Junho/2009.